

050



21

F

Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Campina Grande
Casa de Félix Araújo

PROJETO DE LEI Nº 047/2014

Em 18 de 03 de 2014

AUTOR: BRUNO CUNHA LIMA.

Ementa

DENOMINA DE "ESCOLA MUNICIPAL ÁGUEDA MIRANDA CABRAL",
A PRÓXIMA UNIDADE ESCOLAR A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍ-
PIO DE CAMPINA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Distribuição

para ver. p. m. do
posse

a Comissão de REDAÇÃO E JUSTICA.
para parecer

S.S. Câmara Municipal 19 de 03 de 2014

[Signature]

Presidente

Secretário

1ª Votação

Aprovado em Sessão de 14 de 05 de 2014

[Large signature]

Presidente

Secretário

2ª Votação

Aprovado em Sessão de 14 de 05 de 2014

Presidente

Secretário

Redação Final

Aprovado em Sessão de _____ de _____ de _____

Presidente

Secretário



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
"CASA DE FÉLIX ARAÚJO"**

Câmara Municipal de Campina Grande
RECEBIDO
Em 18/03/2014 09:26 hs
Sandra Melo
ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº 047 /2014.

EMENTA: DENOMINA DE "ESCOLA MUNICIPAL ÁGUEDA MIRANDA CABRAL", A PRÓXIMA UNIDADE ESCOLAR A SER CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.

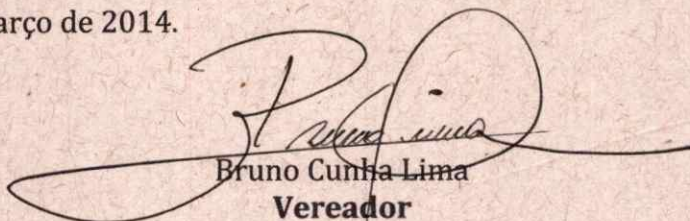
Art. 1º Fica denominada de "ESCOLA MUNICIPAL ÁGUEDA MIRANDA CABRAL" a próxima unidade escolar a ser construída no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa Félix Araújo",

Em 17 de março de 2014.


Bruno Cunha Lima
Vereador

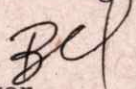
Bruno Cunha Lima

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,

A Professora Dra. ÁGUEDA MIRANDA CABRAL, pesquisadora incansável na área de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento, durante toda sua trajetória, buscou dar o melhor de si em prol de seus semelhantes e de sua cidade Campina Grande. Ele é descrita como "uma professora dedicada, admirada por seus colegas de trabalho e alunos. Sua perda deixa um profundo vazio em todos os que tiveram a honra de conhecê-la e desfrutar do seu convívio".

Águeda faleceu aos 17 de fevereiro deste ano, sendo o nosso prazer externar esse sentimento de gratidão a este mulher guerreira que deixou um legado de real valor, para o Curso de Comunicação da UEPB com grandes reflexos para o Município, pelo que é justa esta homenagem ora apresentada para apreciação desta Egrégia Casa.


O Autor,

Plenário da Câmara, em 17 de março de 2014.

Luca Cabral



ESTADO DA PARAÍBA
Câmara Municipal de Campina Grande
"Casa de Félix Araújo"
Comissão De Redação E Justiça

PROJETO DE LEI N. 047/2014
AUTOR: VEREADOR BRUNO CUNHA LIMA
PARECER

I – RELATÓRIO

A proposta legislativa de n. 047/2014, de autoria do Vereador Bruno Cunha Lima, que denomina de "Escola Municipal ÀGUEDA MIRANDA CABRAL" a proxima unidade escolar a ser construída no Município de Campina Grande, foi encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para a análise da constitucionalidade e legalidade da matéria.

É o relatório.

II – PARECER/VOTO DO RELATOR

Requer o autor da propositura que uma das novas unidades escolares a serem construídas neste Município seja denominada de "Escola Municipal ÀGUEDA MIRANDA CABRAL". A matéria em tela está albergada, s.m.j., no conceito de interesse local. E conforme definição do ilustre doutrinista Celso Ribeiro Bastos:

"Cairá, pois, na competência municipal tudo aquilo que for de seu interesse local. É evidente que não se trata de um interesse exclusivo, visto que qualquer matéria que afete uma dada comuna findará de qualquer maneira, mais ou menos direta, por repercutir nos interesses da comunidade nacional. Interesse exclusivamente municipal é inconcebível, inclusive por razões de ordem lógica: sendo o Município parte de uma coletividade maior, o benefício trazido a uma parte do todo acresce a este próprio todo. Os interesses locais dos Municípios são os que entendem imediatamente com as suas necessidades imediatas, e, indiretamente, em maior ou menor repercussão, com necessidades gerais." In Curso de Direito Constitucional, 1989, p. 277.

Nestes termos, não vislumbro vício no que cinge a atuação legislativa municipal, visto que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, consoante preceito insculpido no dispositivo do art.30, I, da CF/88.

No concernente a iniciativa também não há qualquer vício a infringir o PL n. 047/2014, por ter a proposição em tela o seu nascedouro no seio do Poder Legislativo, desconhecendo vedação quanto ao impulso inicial do procedimento legislativo, nos termos em que dispõe o art. 55, II, da LOM e demais normas legais que tratam acerca do tema posto em discussão.


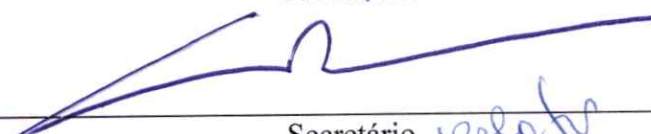
É o parecer do Relator.

III – VOTO DA COMISSÃO

Da análise do PL 047/2014 não encontramos qualquer óbice que possa inviabilizar a tramitação do PL em tela, pelo que somos por sua regular tramitação.

É o parecer/voto da Comissão.

S.S. das Comissões Permanentes “*Deputado Petrônio Figueiredo*”, em 14 de abril de 2014.


_____ Presidente

_____ Secretário
_____ Membro



ESTADO DA PARAÍBA
Câmara Municipal de Campina Grande
"Casa de Félix Araújo"
Comissão De Redação E Justiça

PROJETO DE LEI N. 047/2014
AUTOR: VEREADOR BRUNO CUNHA LIMA
PARECER

I – RELATÓRIO

A proposta legislativa de n. 047/2014, de autoria do Vereador Bruno Cunha Lima, que denomina de "Escola Municipal ÀGUEDA MIRANDA CABRAL" a próxima unidade escolar a ser construída no Município de Campina Grande, foi encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para a análise da constitucionalidade e legalidade da matéria.

É o relatório.

II – PARECER/VOTO DO RELATOR

Requer o autor da propositura que uma das novas unidades escolares a serem construídas neste Município seja denominada de "Escola Municipal ÀGUEDA MIRANDA CABRAL". A matéria em tela está albergada, s.m.j., no conceito de interesse local. E conforme definição do ilustre doutrinista Celso Ribeiro Bastos:

"Cairá, pois, na competência municipal tudo aquilo que for de seu interesse local. É evidente que não se trata de um interesse exclusivo, visto que qualquer matéria que afete uma dada comuna findará de qualquer maneira, mais ou menos direta, por repercutir nos interesses da comunidade nacional. Interesse exclusivamente municipal é inconcebível, inclusive por razões de ordem lógica: sendo o Município parte de uma coletividade maior, o benefício trazido a uma parte do todo acresce a este próprio todo. Os interesses locais dos Municípios são os que entendem imediatamente com as suas necessidades imediatas, e, indiretamente, em maior ou menor repercussão, com necessidades gerais." In Curso de Direito Constitucional, 1989, p. 277.

Nestes termos, não vislumbro vício no que cinge a atuação legislativa municipal, visto que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, consoante preceito insculpido no dispositivo do art.30, I, da CF/88.

No concernente a iniciativa também não há qualquer vício a infringir o PL n. 047/2014, por ter a proposição em tela o seu nascedouro no seio do Poder Legislativo, desconhecendo vedação quanto ao impulso inicial do procedimento legislativo, nos termos em que dispõe o art. 55, II, da LOM e demais normas legais que tratam acerca do tema posto em discussão.

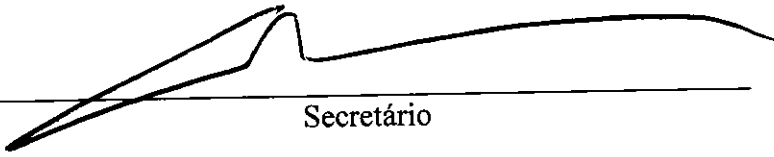
É o parecer do Relator.

III – VOTO DA COMISSÃO

Da análise do PL 047/2014 não encontramos qualquer óbice que possa inviabilizar a tramitação do PL em tela, pelo que somos por sua regular tramitação.

É o parecer/voto da Comissão.

S.S. das Comissões Permanentes “*Deputado Petrônio Figueiredo*”, em 14 de abril de 2014.

_____	Presidente	_____
		
_____	Secretário	_____

	Membro	